

Gabriel Silva Costa



a periculosidade como conceito
legitimador da intervenção penal



**Belo Horizonte**

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

São Paulo

Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82, Bela Vista – São Paulo, SP – CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2022, D'Plácido Editora.

Copyright © 2022, Gabriel Silva Costa.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Enzo Zaqueu

Diagramação
Bárbara Rodrigues

Conselho Editorial

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Doutor José Geraldo de Sousa Junior
Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César
Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP – Brasil

Doutor Marcelo Figueiredo
Professor da PUC/SP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas
Professor Titular da USP – Brasil

Catálogo na Publicação (CIP)

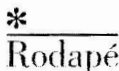
Costa, Gabriel Silva
C837 **Medidas de segurança : a periculosidade como conceito legitimador da intervenção penal / Gabriel Silva Costa. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022. 272 p.**

ISBN 978-65-5589-448-6

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDDir: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472



Sumário

<i>Listas</i>	15
<i>Prefácio</i>	19
<i>Introdução</i>	23
1. Da culpabilidade à periculosidade criminal:	
<i>A válvula de escape do sistema penal da culpa</i>	27
1.1. Da culpabilidade como cerne da intervenção penal.....	28
1.1.1. Da responsabilidade penal subjetiva.....	30
1.1.2. Do fundamento e do limite da punição.....	31
1.1.3. Da medida da sanção penal.....	35
1.1.4. Da síntese dogmática: a culpabilidade como elemento do crime ou pressuposto da pena.....	37
1.1.5. Da reforma penal de 1984.....	42
1.2. Da periculosidade como cerne da intervenção penal.....	44
1.2.1. Da formulação conceitual.....	46
1.2.2. Do desenvolvimento histórico das formas de predição da conduta delitiva.....	58
1.2.3. Da periculosidade no direito estrangeiro: breves apontamentos.....	69
1.2.4. Da presunção à perícia no contexto brasileiro.....	76

2. Da periculosidade criminal à avaliação de risco de violência: A busca por legitimidade científica	81
2.1. Das contribuições da Psiquiatria Forense.....	82
2.1.1. Do exame clínico não estruturado.....	84
2.1.2. Dos instrumentos de avaliação de risco de violência: os juízos profissionais estruturados e as ferramentas atuariais.....	92
2.1.2.1. Do <i>Historical, Clinical and Risk Management - Violence Risk Assessment Scheme (HCR-20)</i>	99
2.1.2.2. Do <i>Psychopathy Checklist - Revised (PCL-R)</i>	104
2.2. Dos aportes da Psicologia Forense e da Psicanálise.....	108
2.2.1. Da Criminologia Psicanalítica.....	111
2.2.2. Dos transtornos da personalidade.....	113
2.2.3. Da nova perspectiva em Psicologia Forense.....	124
2.3. Dos recentes subsídios das Neurociências.....	127
3. Da periculosidade no contexto brasileiro de aplicação e execução das medidas de segurança	137
3.1. Da análise pericial.....	138
3.2. Do tratamento adequado.....	144
3.3. Do quadro estatístico.....	148
4. Da periculosidade como juízo (in)contrastável: O poder médico-psiquiátrico	157
4.1. Da periculosidade como manifestação de um biopoder.....	157
4.2. Da contrastabilidade do argumento médico-psiquiátrico.....	162
4.3. Da imunização estatística do conceito de avaliação de risco de violência.....	166
5. Do risco de reincidência criminal	173
5.1. Da violência e da reincidência criminal.....	174
5.2. Das taxas de reincidência de imputáveis e inimputáveis.....	177
5.3. Dos limites da predição de risco de violência.....	185
5.3.1. Do coletivo ao individual.....	185

5.3.2. Dos falsos positivos e negativos.....	187
5.3.3. Da sensibilidade, da especificidade e do valor preditivo.....	191
5.3.4. Das escolhas político criminais.....	195
5.4. Direito Penal e risco.....	197
5.5. Da distribuição do risco entre sociedade-imputável e sociedade-inimputável.....	201
6. Do direito penal da periculosidade.....	207
6.1. Do Direito Penal de autor e do Direito Penal do fato.....	208
6.2. Da periculosidade como manifestação de um Direito Penal de autor: a perenização de um estigma.....	210
6.3. Da reforma psiquiátrica de 2001 (Lei n. 10.216/2001): o doente mental como sujeito de direito.....	221
6.4. Da desproporcionalidade sancionatória.....	229
<i>Das considerações finais</i>.....	243
<i>Referências</i>.....	249